



## O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

Arthur Gabriel de Menezes Viana<sup>1</sup>  
Ruane Dias Gonçalves de Melo<sup>2</sup>  
Raquel Naomi Tanaka Scaduto<sup>3</sup>

### RESUMO

O racismo é uma realidade inconveniente da humanidade, que está presente na sociedade brasileira desde o início da cultura da escravidão até a idade contemporânea causando infortúnios socioeconômicos e emocionais na população afro-brasileira. Apesar dos avanços na educação brasileira, ainda existem problemáticas encontradas no ato educativo tanto na desconstrução do preconceito racial como também na construção da identidade do discente negro e na inclusão das minorias no ambiente escolar. A histórica da herança escravocrata do país e suas implicações no Brasil do século XXI, o racismo presente em diversas esferas da população, são questões levantadas nesta pesquisa que tem por objetivo demonstrar como a educação libertadora desconstrói o racismo a partir do ambiente escolar, tanto nos anos iniciais do discente como no restante de seu desenvolvimento como cidadão.

**Palavras-chave:** Ato educativo, Discriminação, Preconceito Racial

### INTRODUÇÃO

O racismo é uma realidade no Brasil, que apesar de ser um país extremamente miscigenado, ainda mantém a cultura da escravidão em seu cotidiano (PINSKY, 2006), sendo o dever da escola protagonizar a desconstrução do preconceito racial assim como promover a inclusão do indivíduo independentemente de sua origem genética ou herança cultural (FREIRE, 1987).

É evidente que apesar de inúmeras conquistas sociais que ocorreram ao longo do século XXI, como a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, não só com a imagem da escravidão, mas como também “a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional,

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, [arthurgabrielmv@gmail.com](mailto:arthurgabrielmv@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, [annybellamelo@gmail.com](mailto:annybellamelo@gmail.com) ;

<sup>3</sup> Orientadora: Mestranda da Universidade Estadual Paulista - UNESP, [mt.scaduto@unesp.br](mailto:mt.scaduto@unesp.br) ;



resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

Para isso é necessário quebrar a imagem de uma história eurocêntrica do negro como sendo ou escravo ou nativo sem tecnologia. Esta imagem limitada coisifica seres humanos com uma herança tão rica e com tantas contribuições para a humanidade, essa coisificação está na base das políticas discriminatórias que pretenderam tutelar os negros e africanos, tirando-os seu protagonismo histórico como seres políticos e sociais (LOPES; ARNAUT, 2008).

Com o intuito de romper com este ciclo de injustiça racial, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica das principais atitudes no ato educativo que propagam o racismo e quais condutas podem, de maneira oposta, desconstruí-lo.

## **METODOLOGIA**

Para a obtenção dos resultados deste artigo foi realizada um levantamento bibliográfico, utilizando-se livros de história, sociologia, pedagogia, psicologia e filosofia, leis federais que tangem a abolição da escravatura e a educação da cultura afro-brasileira, artigos encontrados através de bases de buscas online, matrizes curriculares e sites escritos por docentes voltado à professores e psicopedagogos, pois para Lima e Miotto (2007, p.38) “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

É evidente que para desconstruir o racismo através da educação, é necessário mais que uma lei e aplicações éticas do currículo oculto, é necessário entender as origens do problema, assim como como este se desenvolveu no país.

A escravidão por si só, é não somente um ato de violência, como também uma forma de tirar a humanidade de um ser, de acordo com Pinsky (2006, p.11)

A escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro, de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor,



mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força.

Quando se trata da história da escravidão no Brasil, é possível separar o país em duas porções de uma mesma linha do tempo, a primeira, da escravidão formal e socialmente aceita e uma segunda onde há a escravidão porém de forma indireta, onde a escravatura formal é ilegal e os opressores usam por tanto de artifícios para manter o status quo escravista brasileiro (SOUZA, 2017).

### **A ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

Existente desde os primórdios do Brasil português, até a abolição da escravatura em 1888, inicialmente com mão de obra indígena e depois predominantemente com o trabalho de negros trazidos do continente africano, a escravidão não só é uma mancha histórica no mundo ocidental, como também algo que no novo mundo se tornou estritamente racial (civilizações antigas possuíam hábitos escravocratas referentes a dívidas e guerras) (SOUZA, 2017).

A vida do escravo não possuía valor humano, apesar de sua vida, saúde e existência ter sido extremamente valorizada pelo seu preço e tipo de trabalho, era uma contraditória condição de ser ao mesmo tempo humano e “coisa” (PINSKY, 2006).

Haviam castigos, pouca comida e violência a torto e a direito, de maneira a qual mesmo quando um escravo conseguia comprar sua alforria, não havia garantia de que seria de fato livre, a captura e venda de seres humanos, outrora escravos, porém alforriados era comum (SOUZA, 2017).

A escravidão tem seu fim formal através da Lei 3.353 conhecida popularmente por Lei Áurea que dizia claramente em seu texto: “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil” (BRASIL, 1888), não obstante o fim da escravidão formal não acarreta necessariamente no fim de toda uma cultura de preconceito racial.

### **NEO-ESCRAVISMO NO BRASIL**

O pensamento de que no Brasil não há racismo, pois é um país miscigenado ou de que o brasileiro é um povo dócil e gentil, não passa de equívocos sustentados por ideais da mentalidade de “vira-lata” que tanto se propagou ao longo dos anos na sociedade



brasileira através de livros, pesquisas e jornais que impunham como justificativa do “atraso” brasileiro a presença da miscigenação do povo (MACIEL, 1999).

O escravismo cultural presente no Brasil era suportado pela academia durante todo o fim do século XIX e início do século XX, naquela época infelizmente “quase todos os cientistas eram racistas convictos” (SILVEIRA, 1999), e isto se reflete até hoje em toda a nação, que mescla em seu subconsciente coletivo ideais racistas oriundos tanto da casa grande quanto da ciência que tão fortemente prevalecia nos tempos da abolição, fazendo o povo não conhecer quem é ou o meio em que se vive (SOUZA, 2017).

Diferente do que sugere o senso comum, o Brasil não é uma continuação tropical de Portugal, mas sim uma nação que foi baseada durante anos, na cultura escravocrata, apesar de hoje por lei a escravidão ser proibida, ainda há a estrutura escravista nas relações sociais, assim como havia o mesmo sistema que incluía: os oprimidos (majoritariamente escravos e alforriados), os opressores (a elite dos senhores das grandes plantações) e os fiéis defensores dos opressores (feitores, em sua maioria mestiços), ainda hoje há esse sistema violento que oprime os novos escravos (as camadas populares daqueles que não possuem mão de obra qualificada), através de uma elite detentora dos meios de produção que utiliza os novos feitores (frações mais abastadas da classe média, detentores de mão de obra qualificada) como seus fiéis escudeiros, mesmo que esses não percebam (SOUZA, 2017).

A sociedade brasileira muito se assemelha com o pensamento do grande filósofo francês Rousseau outrora havia dito, “temos assim a espécie humana dividida em mandas de bois, cada qual com seu chefe, que os guardas para devorá-los” (2011, p.25).

A mentalidade racista não é algo inerente do ser, mas um fato socialmente construído, nenhum infante nasce racista. É a partir do contato com o meio e com os princípios e valores que um indivíduo é formado. Processo de formação da mente é acima de tudo, uma questão social, como dizia o teórico Lev Vygotsky, “essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social” (1991, p.33).

### **A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PROPAGAÇÃO DE IDEIAS**

Numa nação carente de muitas coisas, onde o racismo, mesmo que muitas vezes velado ainda exista, a educação é de fato uma das formas a quais se pode lutar contra a



discriminação racial. O educador não pode simplesmente empurrar conhecimento aos discentes numa pedagogia bancária, este processo não é significativo para a transformação do estudante, é preciso uma educação que empodere o estudante seja ele branco ou negro (FREIRE, 1987).

Não basta dizer em sala de aula que discriminação é crime, conforme a lei, 9.459 art. 1º (BRASIL, 1997) “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, é necessário ajudar os alunos a fazerem uma transmutação de valores, a se libertarem, pois dentro de todo opressor há um oprimido e quando a educação não é verdadeiramente libertadora o sonho do oprimido é se tornar um opressor (FREIRE, 1987).

Mas para que a educação seja eficiente no combate ao preconceito racial, é necessário que o educador tenha em mente que certos vícios e hábitos em suas coreografias didáticas e expressões podem atrapalhar todo o processo de desconstrução da cultura racista. Dentre os equívocos mais recorrentes estão: abordar a história negra somente sob a ótica da escravidão, apresentar a África como um continente estereotipado como um lugar exótico só com animais selvagens e doenças, generalizar os países africanos (ignorando sua enorme diversidade étnica em todo o continente) e acreditar só professores negros deveriam falar sobre questões raciais (BECINI, 2004).

O educador tem que apresentar o povo negro e africano (que inclusive não são sinônimos) como o mosaico de diversidade que são, com seus vultos históricos, africanos, brasileiros ou de demais nacionalidades, como Lima Barreto, Machado de Assis, Nelson Mandela, Martin Luther King Jr, assim como lembrar que a cor de nossa pele num país miscigenado como o nosso, não significa que somos exclusivamente de uma só origem, brasileiros de pele clara descendentes de negros não só são comum, como são maioria.

Uma nação que esconde suas origens não conhece a si mesmo, desconstruir o racismo não é só uma questão de aceitar o outro, mas de aceitar a si mesmo. Como diz Becini (2004, p.3) “o trabalho de educação antirracista deve começar cedo. Na Educação Infantil, o primeiro desafio é o entendimento da identidade. A criança negra precisa se ver como negra”.



## **A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA INFÂNCIA**

A escola tem sido palco de exclusão ou sentimento de inferioridade racial, o que acaba dificultando a sua função de ser um espaço sociocultural onde se deva refletir suas origens e nação. Levando isso em consideração, muitos afrodescendentes sentem-se deslocados e desvalorizam suas características físicas ou até mesmo suas capacidades intelectuais e acabam negando seus traços negros e almejando as características da chamada "elite brasileira" branca já que, erroneamente o negro é frequentemente considerado uma etnia e cultura inferior (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Isso acaba gerando vários impasses para a relação social e racial para a população negra, pois desse modo não tem sua cultura e história trabalhada devidamente em sala de aula podendo assim criar a ideia preconceituosa de que o povo negro é um povo que se modificou culturalmente se transformando assim aculturado (FERREIRA; CAMARGO, 2011).

Para se trabalhar a identidade racial negra é necessário que a história e cultura dos afrodescendentes seja trabalhada e promovida no ambiente escolar, o que atualmente está assegurado pela lei 10.639/03. Porém esse conteúdo não é apresentado devidamente, o que emperra o caminho para uma educação igualitária, pois segundo especialistas uma das saídas para o fim da desigualdade educacional no Brasil está em enfrentar as desigualdades raciais que existem no ambiente escolar (BECINI, 2004).

A construção da igualdade racial na infância é um fator em potencial e um caminho vantajoso para chegar numa sociedade sem tolerância aos preconceitos raciais, mas para isso é preciso realizar algumas modificações no próprio currículo escolar já que aqui no Brasil “a história e a cultura negra tem pouco ou nenhum destaque, diferentemente da cultura europeia” (BECINI, 2004, p.3).

Para Becini (2004, p.3) existem meios certos de introduzir e capaz de valorizar a cultura negra em sala de aula como:

“Aprofundar-se nas causas e conseqüências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão. Enfocar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro. A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzida para a reeducação das relações entre



descendentes de africanos, de europeus e de outros povos. Reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana.”

De acordo com o Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998), o acolhimento das diferentes culturas não pode se limitar apenas as festividades, degustação de pratos regionais e eventuais apresentações de danças típicas. Essas iniciativas são interessantes mas não são o suficiente para lidar com a diversidade de valores e cultura. Levando isso em consideração a capacidade de relação interpessoal está interligada ao estabelecimento de condições para o convívio social, “isso implica aprender a conviver com as diferenças de temperamento, de intenções de hábitos, de costume e de valores” (BRASIL, 1998, p. 48)

Segundo Becini (2004), o trabalho de uma educação antirracista deve se iniciar desde cedo já que na educação infantil é construída e trabalhada a questão da identidade, onde a criança negra precisa se ver como negra, aprender a respeitar a imagem que tem de si mesma e ter modelos que alcancem essa expectativa e que para isso deve ser cautelosa a seleção de livros didáticos e de leitura que demonstrem famílias negras bem-sucedidas e heróis e heroínas negras.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por mais que a cultura da escravidão ainda esteja presente no cotidiano brasileiro e que mudar esta realidade seja uma tarefa que possui certa dificuldade (SOUZA, 2017), é o papel do educador utilizar-se de sua formação e influência sobre os alunos para fazer a diferença, como o ilustríssimo educador Paulo Freire (1987) ensinou, a pedagogia do oprimido possui dois estágios, a primeira a qual o oprimido percebe a opressão e um segundo momento o qual a realidade opressora deixa de oprimir e começa a ser um ambiente o qual há os processos de transformação em busca da liberdade.

O professor tem também que refletir para ver se seus atos e pensamentos estão propagando ou não o racismo, pois gestos e atitudes que são socialmente aceitas podem na verdade prejudicar todo o trabalho antirracista, como o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau (2011) escrevera, todo homem nasce livre, mas é posto prisioneiro e mesmo aquele que se vê como livre ou senhor é tão escravo quanto os demais.



É preciso que o docente esteja ciente de que é preciso desenvolver no aluno uma perspectiva nova sobre a cultura negra e a cultura africana como também por em sala de aula o diálogo sobre o que é ser afrodescendente, que a África não é um país, que a África não é só dos negros assim como o Brasil não é só dos luso-brasileiros. Como diz Aranha, (2007, p.119) “a educação se tornará mais coerente e eficaz se formos capazes de explicar seus valores, ou seja, se desenvolvermos um trabalho reflexivo que esclareça as bases axiológicas da educação”. O racismo é desconstruído em sala de aula quando o professor reconsidera seus hábitos em sala de aula e busca obter e transmitir com abordagens práticas a contribuição do povo negro e sua cultura no mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da pesquisa foi possível constatar os padrões histórico-culturais das relações sociais racistas da sociedade brasileira com sua visão euro-centrista com o negro, assim como suas implicações no desenvolvimento infantil, não só da criança negra e sua identidade como também na visão existente da cultura negra e da África na sociedade contemporânea.

Foi possível também observar no decorrer da pesquisa, que atitudes pedagógicas no ato educativo propagam as ideias racistas (mesmo que o docente não perceba seu ato) e quais atitudes e tópicos o educador deve lecionar para que haja todo esse processo de desconstrução do preconceito racial a partir da sala de aula.

Os avanços adquiridos com muita luta ao longo dos séculos, assim como a conquista obtida através da Lei N° 10.639/03 são inegáveis, não obstante a garantia da lei por si só não é suficiente para fazer com que uma das maiores heranças sociais do povo brasileiro se desfaça da noite para o dia. Sendo assim, é preciso trazer o protagonismo da etnia negra e suas contribuições para o Brasil, durante o processo educativo.

## **REFERÊNCIAS**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**, 2. ed. São Paulo. Moderna, 2001.

BECINI, R. Educação não tem cor. **Nova escola**, São Paulo, p.3-9, Nov. 2004

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília:MEC/SEF,1998.



- BRASIL, **LEI Nº 9.459**. Brasília, DF, Mai 1997. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9459.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm#art1)>. Acesso em 30 Mar. de 2020.
- BRASIL, **LEI 10.639/03**. Brasília, DF, 2003. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)> Acesso em: 28 Mar. 2020.
- BRASIL, **LEI 3.353**. Rio de Janeiro, RJ, 1888. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)> Acesso em: 29 Mar. 2020.
- FERREIRA. R. F. ; CAMARGO. A. C. As relações cotidianas e construção da identidade negra. Psicologia: ciência e profissão, Brasília, vol.31, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1987.
- LIMA, T.C.S., MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45. Abr. 2007.
- LOPES, A. M., Arnaut, L. **História da África** uma introdução, Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- MACIEL, Eunice de S. **A eugenia no Brasil**, 11. ed. Porto Alegre, ANOS 90, 1999.
- PINSKY, J. **A Escravidão no Brasil**, São Paulo: História Contexto, 2006.
- ROUSSEAU, J. **O Contrato Social**, Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- SILVEIRA, R. **Os Selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental**. Disponível em:  
<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002304>> Acesso em: 29 Mar. 2020.
- SOUZA, J. **A Elite do Atraso** da escravidão à lava-jato, Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**, São Paulo: Martins Fontes, 1991.